Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Psicopedagogia Institucional

Monografia de Especialização

A ESCOLA COMO ESPAÇO INCLUSIVO:
UM DESAFIO PARA OS EDUCADORES

Cleusa Regina Becker Evangelho

Santa Maria, RS, Brasil

2005

A ESCOLA COMO ESPAÇO INCLUSIVO:
UM DESAFIO PARA OS EDUCADORES

por:

Cleusa Regina Becker Evangelho

Monografia apresentada ao Curso de Especialização, Piscopedagogia Institucional, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM – RS), como requisito parcial para obtenção do grau de

Especialista em Psicopedagogia Institucional

Santa Maria, RS, Brasil

2005

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Especialização em Psicopedagogia Institucional

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização.

A ESCOLA COMO ESPAÇO INCLUSIVO: UM DASAFIO PARA OS EDUCADORES.

elaborada por:

Cleusa Regina Becker Evangelho

Como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Psicopedagogia Institucional

COMISSÃO EXAMINADORA:

_____
Soraia Napoleão Freitas
(Presidente/Orientadora)

_____
Andrea Tonini

_____
Sandra Suzana Silva Maximovitz

Santa Maria, 17 de março de 2005.

AMOR POR AMOR

VIM DIFERENTE
PARA PROVAR O MEU AMOR
VIM
COM MEU SORRISO FÁCIL
PARA ESTAS COISAS MENORES
QUE VOCÊ PERCEBE
VIM
NUM CAMINHO LIVRE
PARA AGUÇAR AFETO
SOU
(COMO O MEU SENTIR DIFERENTE)
ALGUÉM MUITO ESPECIAL
QUE SÓ O AMOR PERCEBE
SOU
RECADO DA VIDA
PARA QUEM ESQUECEU DE SE DAR
QUERO QUE O AMOR
O AFETO E A ALEGRIA
NÃO SEJAM APENAS COISAS MINHAS
QUERO QUE ESTAS COISAS ESPECIAIS
TAMBÉM PARA VOCÊ
AFINAL
VOCÊ É EXCEPCIONAL
PORQUE SOUBE AMAR
EU SOU ESPECIAL
PORQUE DESEJO SEU AMOR.

(AUTOR DESCONHECIDO)

(Material distribuído no III Seminário de Educação – MOBREC – São Sepé, agosto de 2004).

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a meu marido e a meus filhos que muito me incentivaram dando-me apoio, amor para que eu realizasse esse sonho. No mérito das minhas conquistas, tenho muito a agradecer pela presença constante de vocês. Meu muito obrigada.

AGRADECIMENTOS

A meu marido e a meus filhos pelo apoio, incentivo e carinho que me deram durante a realização desse trabalho.
Amo vocês.

À minha mãe e às minhas irmãs, pelo carinho, pelo incentivo e por acreditarem no meu trabalho.

Aos professores do Curso de Especialização em Educação: Psicopedagogia Institucional, pela transmissão de vivências pessoais, de cultura, de consideração a seus educandos.

À minha orientadora, professora Soraia Napoleão Freitas, pelo incentivo e pela dedicação.

Aos meus colegas de curso pela amizade e pelo carinho, por partilharmos os mesmos sonhos, pela força dada nos momentos difíceis.

Às minhas colegas da escola que me apoiaram e acreditaram no sonho possível.

A todos que de uma maneira ou de outra, me ajudaram, MUITO OBRIGADA!

SUMÁRIO

EPÍGRAFE ii
DEDICATÓRIA iii
AGRADECIMENTOS iv
LISTA DE TABELAS..... vi
LISTA DE ANEXOS..... vii
RESUMO..... viii
ABSTRACT ix
1- INTRODUÇÃO..... 10
2- REFERENCIAL TEÓRICO..... 13
2.1- A Inclusão na Escola..... 13
3- TRAJETÓRIA METODOLÓGICA..... 29
4- ANÁLISE DE DADOS..... 32
5- CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 41
6- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 45
7- ANEXO..... 48

LISTA DE TABELAS

TABELA 1- Tabela referente à metodologia..... 31

LISTA DE ANEXOS

ANEXO: Perguntas aplicadas nas entrevistas com os professores..... 49

RESUMO

A ESCOLA COMO ESPAÇO INCLUSIVO: UM DESAFIO PARA OS EDUCADORES

AUTORA: CLEUSA REGINA BECKER EVANGELHO
ORIENTADORA: SORAIA NAPOLEÃO FREITAS
Data e Local da Defesa: Santa Maria, 17 de março de 2005

O presente trabalho visa conhecer a opinião de seis professoras em uma escola do Município de São Sepé - RS sobre o impacto que a inclusão tem provocado no ambiente escolar, entre os educadores, na aceitação dos alunos com necessidades educacionais especiais em sala de aula. Utilizou-se uma abordagem qualitativa, e o método utilizado foi o estudo de caso. A idéia de uma escola inclusiva se fundamenta numa filosofia que reconhece e valoriza a diversidade, como característica inerente à constituição de qualquer sociedade. Assim, todas as crianças podem aprender a fazer parte da vida escolar e comunitária. Faz-se necessário, entretanto, que a família e a escola trabalhem unidas para estimular um ensino inclusivo para todos, devendo os professores e especialistas aliarem-se num esforço conjunto e constante.

Palavras Chaves: INCLUSÃO, DIVERSIDADE, SOCIEDADE.

ABSTRACT

THE SCHOOL AS INCLUSIVE SPACE: A CHALLENGE FOR THE EDUCATORS

AUTHOR: CLEUSA REGINA BECKER EVANGELHO

ORIENTING: SORAIA NAPOLEÃO FREITAS

Dates and Place of the Defense: Saint Maria, 17 of March of 2005

The present work aims at to know the opinion of six teachers in a school of the City of Is São Sepé - RS on the impact that the inclusion has provoked in the pertaining to school environment, between the educators, in the acceptance of the pupils with educational necessities special in classroom. A qualitative boarding was used, and the used method was the case study. The idea of an inclusive school if bases on a philosophy that recognizes and values the diversity, as characteristic inherent to the constitution of any society. Thus, all the children can learn to be part of the pertaining to school and communitarian life. One becomes necessary, it enters in such a way, that the family and the school work joined to stimulate an inclusive education for all, having the professors and specialists to be entered into an alliance in a joint and constant effort.

Words Keys: INCLUSION, DIVERSITY, SOCIETY.

1. INTRODUÇÃO

Um longo caminho foi percorrido entre as práticas de exclusão e de inclusão escolar e social. Até recentemente, a teoria e a prática dominante relativa ao atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais, definiam a organização das escolas e de classes especiais, separando essa população dos demais alunos.

Na era atual, batizada como era dos direitos, tem-se uma outra visão acerca das necessidades educacionais dos alunos. A ruptura com a ideologia da exclusão proporcionou a implantação da política de inclusão, que vem sendo debatida e exercitada em vários países, entre eles o Brasil. Hoje, a legislação brasileira posiciona-se pelo atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais, preferencialmente em classes comuns das escolas, em todos os níveis, etapas e modalidades de educação e de ensino.

E já se vê que a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais está tornando-se uma forte realidade nas escolas públicas de ensino regular, bem como nas escolas privadas.

Sassaki (1997, p. 123) nos coloca:

> A educação inclusiva representa um passo muito correto e manejável que pode ser dado em nossos sistemas escolares para assegurar que todos os estudantes comecem a aprender que o pertencer é um direito, não um status privilegiado que deva ser conquistado.

As políticas e as práticas de inclusão exigem novas abordagens e grande motivação por parte dos professores, as quais determinam, em

grande parte, o êxito de todo processo. Portanto, um dos aspectos que colaboram para o sucesso da inclusão é a mudança da ação e do pensamento em relação ao atendimento educacional desses alunos e a construção de um novo paradigma de pensamento e de ação, no sentido de incluir todas as pessoas.

O interesse pela pesquisa sobre a inclusão surgiu não apenas por ser um assunto hoje muito discutido nas escolas, seminários e congressos relacionados à Educação, mas principalmente porque, alunos com necessidades especiais já são uma realidade nas escolas.

O desempenho desses alunos, as ações, as reações, a troca de experiências são desafios para os educadores, renovados a cada dia e se constituem como experiências muito positivas que merecem atenção e destaque.

A escolha do tema “inclusão”, deve-se também à importância e à abrangência no contexto escolar, conseqüentemente cultural, social e político da nossa sociedade. Esse tema vem sendo discutido e implementado, ganhando espaços nas legislações que vigoram no país, estados e municípios, com ênfase diferenciadas.

Essa pesquisa defende a construção de uma sociedade comprometida com as minorias, na qual se insere o grupo de alunos com necessidades educacionais especiais. Essa postura parece não nortear os paradigmas predominantes na Educação Especial conforme a leitura e análise de: Werneck (1997), Sassaki (1997), Mazzota (1998), Mantoan (1997), Esteban (1992), Mrech (2002), Correia (1997), Sousa (2002), dentre outros.

O presente trabalho tem como objetivo geral conhecer a opinião dos professores sobre a temática em questão, professores esses que lecionam nas séries iniciais.

Esse trabalho traz em sua estrutura alguns seguimentos necessários ao debate e ao entendimento da temática em questão.

Na primeira parte do trabalho, aparece o referencial teórico que tem como título “A Inclusão na Escola”, onde consta a opinião de vários autores como Wernerck, Sassaki, Mazotta, Mantoan, sobre a “inclusão” de alunos com Necessidades Educacionais Especiais nas escolas regulares de ensino, em que se ressalta a importância da família no processo de inclusão e a busca dos professores por novas alternativas para que a escola realmente se torne um espaço inclusivo.

A seguir tem-se as trajetórias metodológicas, em que se mostra como o trabalho foi conduzido.

A análise e a discussão aparecem num mesmo texto, a fim de favorecer a compreensão dos resultados.

Por último as considerações finais. Neste momento, há um breve comentário sobre a preocupação de todos frente a inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais na escola de ensino regular e a necessidade de ações urgentes para se conseguir de fato uma educação que realmente contemple a todos os alunos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. A Inclusão na Escola

> Inclusão não significa simplesmente colocar o estudante junto com outros ditos normais, mas reestruturar o sistema educacional para que as crianças especiais sejam atendidas como se deve. (Gotti, 2002, p. 09).

A inclusão concilia-se com uma educação para todos e com o ensino centralizado no aluno, tendo um desafio ainda maior: o ser humano. Os recursos físicos e os meios materiais para a realização de um processo escolar de qualidade, cedem sua prioridade ao desenvolvimento de novas atitudes e formas de interação na escola, exigindo mudanças no relacionamento pessoal e social e na maneira de se efetivar os processos de ensino e aprendizagem.

A formação do pessoal envolvido com a educação, nesse contexto, é de fundamental importância, bem como a assistência às famílias, enfim, um suporte aos que estão diretamente implicados nas mudanças é condição necessária para que estas não sejam impostas, mas se consolidem como resultado de uma consciência cada vez mais evoluída de educação e de desenvolvimento humano.

O tema Educação Inclusiva vem ganhando destaque a partir da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: acesso à qualidade, que aconteceu em Salamanca (Espanha, 1994), com o apoio da UNESCO, que apresentou um conjunto de princípios políticos e práticos das necessidades educacionais especiais. A inclusão daqueles que têm necessidades especiais precisa de ações para se conseguir de fato uma “educação para todos”, incluindo os que são impedidos, por

algum motivo, de participar do processo educacional. A partir desse encontro, a UNESCO registrou o conceito de inclusão no campo da educação comum, afirmando a terminologia classe inclusiva, políticas educacionais inclusivas, inclusão na educação e no emprego, entre outros.

Segundo a Declaração de Salamanca (1994), o princípio de inclusão consiste no reconhecimento da necessidade de se caminhar rumo à escola para todos – um lugar que inclua todos os alunos – celebre a diferença, apóie a aprendizagem e responda à necessidade individuais. Às pessoas com necessidades educacionais especiais devem ser incluídas nos planos educativos feito para a maioria das crianças.

Nessa linha de pensamento, Stainback (1999, p. 47), afirma:

> A Educação Inclusiva, significa a provisão de oportunidades equitativas a todos os estudantes, incluindo aqueles com deficiências severas, para que eles recebam serviços educacionais eficazes, com os indicados serviços complementares e auxílio e apoios, em classes adequadas à idade, em escolas da vizinhança, a fim de poder prepará-las para uma vida produtiva, como membros da sociedade.

Numa visão mais abrangente, Correia (1997, p. 33), afirma que a inclusão deve “atender o aluno com necessidades especiais, incluindo o aluno com necessidades especiais severas, na classe regular, com o apoio de serviços de educação especial”. Isso significa que o princípio de inclusão engloba a prestação de serviços educacionais apropriados para toda criança com necessidades especiais, incluindo as severas, na classe regular.

Correia (1997) também alerta que o princípio de inclusão, que consta na declaração de Salamanca – escola que inclua todos os alunos – “não deve ser inflexível, deve permitir que um conjunto de opções seja considerado sempre que a situação exigir, baseando-se nas necessidades da criança, vista como um todo, respeitando três níveis de desenvolvimento essências: o acadêmico (criança-todo), o sócio emocional e o pessoal”, o que oportuniza uma educação apropriada, orientada para desenvolver, ao máximo, o potencial da criança.

A educação inclusiva prioriza a matrícula de todas as crianças em escolas regulares e lança o desafio a essas escolas de as mesmas desenvolverem uma pedagogia centrada na criança, educando com sucesso aquelas com necessidades educacionais especiais. O aprimoramento da qualidade do ensino regular e a soma de princípios educacionais para todos os alunos resultarão, naturalmente, na inclusão escolar dos alunos com necessidades especiais.

Na opinião de Baumel (1998, p. 35):

> A escola inclusiva permite, na prática, evidenciar o fundamento de que todas as crianças devem aprender juntos, com dificuldades ou diferenças que apresentam. Isso reporta à elaboração de planos que reconheçam e respondam às necessidades dos alunos. Em outras palavras, visa acomodar estilos e ritmos de aprendizagem, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras.

No âmbito da sociedade, é importante ressaltar a necessidade de se rever a concepção sobre a pessoa com necessidades especiais e o papel da escola, seja pelas pessoas individualmente, por grupos

organizados para defesa da cidadania, pelos serviços estruturados, pelas campanhas de esclarecimento da população, etc. Mais ainda, é preciso redimensionar as diretrizes de ação dos órgãos públicos, da ação governamental global, dos investimentos financeiros, entre outros, a partir da visão dinâmica das condições das pessoas com necessidades educacionais especiais.

Neste ponto de vista, Sassaki (1997, p. 41) conceitua inclusão social como:

> (...) o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, essas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui então, um processo bilateral, no qual as pessoas, ainda excluídas e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação para todos.

A escola, para ser considerada um espaço inclusivo, precisa deixar de ser uma instituição burocrática, que apenas cumpre as normas estabelecidas pelos níveis centrais. Para tal, deve transformar-se no espaço de decisões ajustando-se ao seu contexto real e respondendo aos desafios que se apresentam.

O espaço escolar, hoje, tem que ser visto como espaço de todos para todos. Este redesenho da escola implicará a busca de alternativas que garantam o acesso e a permanência de todas as crianças e adolescentes no seu interior. O que se deseja, na realidade, é a construção de uma sociedade compromissada com as minorias, inclusive os portadores de necessidades educacionais especiais.

A diversidade humana é muito ampla. Mesmo assim, existem pessoas que ainda não compreenderam muito bem as diferenças que todos possuem, gerando estigmas, preconceitos e impondo rotulações como é o caso das pessoas com necessidades especiais.

Para que ocorra realmente a inclusão, deve-se abandonar os rótulos, as classificações, levar em consideração somente as possibilidades e as necessidades, Werneck (1997, p. 42). “(...) a inclusão vem quebrando barreiras cristalizadas em torno de grupos estigmatizados”.

De acordo com Mantoan (1997, p. 68), “cabe à escola encontrar respostas educativas para as necessidades de seus alunos”. Nesta busca de respostas para atender à diversidade, o processo pedagógico, se tornará mais rico, proporcionando uma melhor qualidade na educação. Assim, todos se beneficiam da educação inclusiva, havendo um enriquecimento entre alunos, professores, família e comunidade.

O mais importante em todo esse processo é a necessidade da formação da consciência crítica do professor quanto à sua responsabilidade pela aprendizagem de seus alunos, tenham eles necessidades educacionais especais ou não. Faz-se então necessário que se crie uma nova escola que aprenda a refletir criticamente e a pesquisar, criando e questionando o que está estabelecido, buscando opções inovadoras, necessárias à inclusão.

Isso acontecerá com a escola que compreenda o aluno com Necessidades Educacionais Especiais, respeitando-o em suas limitações e valorizando-o em suas potencialidades.

Mantoan (1997), ainda ressalta que o movimento de Educação Inclusiva frente à realidade educacional brasileira, deve ainda neste início, nesta fase de transição, ser visto com um grande avanço, pois recomenda a matrícula do aluno com Necessidades Educacionais Especiais em escolas públicas regulares.

Deve-se trazer à escola regular os alunos que não tiverem acesso a ela, seja por estarem matriculados em escolas especiais ou por estarem segregados em suas comunidades.

Para que isso aconteça, é preciso recorrer às diferentes modalidades de atendimento de Educação Especial expressas na Política Nacional de Educação Especial (1994), que devem ser criadas nas escolas de ensino regular. Essas maneiras de atendimento devem conduzir as alternativas de procedimentos didáticos específicos e adequados às necessidades educacionais desses alunos e implicam espaços físicos, recursos humanos e materiais diferenciados.

O planejamento da ação educativo deve envolver os educadores da Educação Especial e da educação regular. Em conjunto, o professor especializado deve participar de todas as ações, no planejamento, em suas fases de elaboração, execução e avaliação, sendo este profissional parte integrante da equipe escolar.

Essa atitude participativa contribui para a melhoria da qualidade do ensino oferecido na escola, favorecendo a diminuição das diferenças entre os alunos com necessidades especiais e os demais.

É muito importante que o professor da classe regular entenda o que significa uma escola inclusiva, a partir de seus conhecimentos anteriores como educador, e também entenda que seus alunos

desenvolvem maneiras diferentes de aprendizagem, às vezes ignoradas por ele. Poderão utilizar os recursos disponibilizados pela Educação Especial quando tiverem um aluno com Necessidades Educacionais Especiais.

De acordo com Esteban (1992, p. 49):

> O comportamento destas crianças é associado à falta de educação, seus valores são contraditórios ao que é proposto pela escola, seus conhecimentos não são considerados ou são tratados com desconhecimento, sua realidade deve ser deixada de lado para que em seu lugar uma outra, sob o modelo das classes dominantes, seja construída.

A escola como espaço inclusivo deve ter como principal desafio o sucesso de todos os alunos, sem exceção, devendo, assim, estar preparada para lidar com situações que fujam do cotidiano.

Daí a importância, de a escola ter um projeto educativo fundamentado nos princípios de inclusão , que considere as diferenças, onde aconteça uma renovação pedagógica.

A questão da inclusão dos alunos com necessidades especiais nas classes regulares de ensino, motiva discussões acaloradas acerca das teorias e as práticas pedagógicas transmitidas na formação de professores, e que, podem não desenvolver as habilidades que as crianças, jovens e adultos necessitam para o seu aprendizado e desenvolvimento integral.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, (1998, p. 32) sugerem aos professores: “a tarefa de individualizar situações de aprendizagem (...), considerando suas capacidades, bem como os conhecimentos, que possuem sobre os mais diferentes assuntos e suas origens socioculturais diversas”.

A educação inclusiva, na concepção de Baumel (1998, p. 36) baseada em pesquisas do Project Prompt, “é a atitude de aceitação das diferenças, não um simples processo de colocação dos alunos, em salas de aulas e / ou ambiente comunitário”, e Maria Tereza Fernandes, (apud Silva e Baumel, 1998, p. 58), afirma ainda que é:

> Um processo complexo e dinâmica de interação de uma multiplicidade de fatores que devem harmonizar-se num todo coerente – alunos com Necessidades Educativas Especiais, professores de educação especial, recursos, adaptações escolares, atitude do meio, adaptações físicas, etc (...).

Democratizar a educação significa proporcionar a todos os indivíduos acesso a permanência na escola. A escola, como espaço inclusivo, deve estar atenta com relação à questão do fracasso escolar, em que a discussão vem acontecendo sobre vários aspectos: aspectos sociais, econômicos, culturais, biológicos, psicológicos, sendo que atinge principalmente alunos que pertencem a classes sociais mais baixas, pois, encontram grandes obstáculos no cotidiano escolar.

A Declaração dos Direitos da Criança (1994), aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas, assegura no seu princípio 7º, o direito à educação, que deverá ser gratuita e obrigatória, ao menos no nível elementar.

A mesma Declaração dos Direitos da Criança, no seu Princípio 5º, garante à criança portadora de deficiência o recebimento de educação, tratamento e cuidados especiais, compatíveis com suas necessidades pessoais.

Nesta perspectiva, o Art. 205 da Constituição Federal Brasileira consagra a educação como direito de todos e dever do Estado e da família. Proporcionando a todos os indivíduos acesso e permanência na escola, como maneira de atingir a plena democratização desses direitos.

O objetivo da Educação Especial é possibilitar o desenvolvimento global e harmonioso dos alunos com necessidades educacionais especiais, facilitando seu processo de integração na família, na escola, na comunidade e na sociedade, sendo necessário contar com o auxílio de recursos instrucionais e metodologias especificas, baseando-se sempre nos princípios políticos-filosóficos da educação.

A Educação Especial deve ser parte integrante do Sistema Geral de Educação, deve proceder nos diferentes níveis e graus de ensino. As diferenças entre Educação Especial e a comum estão em suas estratégias de ação que são variadas, devido à diversidade de características da população a que se destinam, sendo que os fins são os mesmos: a auto-realização, a qualificação para o trabalho e o exercício da cidadania.

O trabalho de Educação Especial não é apenas o atendimento à pessoa classificada como deficiente, mas também aquele que atinge todo aluno que necessita, em qualquer período de sua vida, de meios especiais para o seu pleno desenvolvimento.

Pessoas com necessidades educacionais especiais são as que precisam de metodologias educacionais e recursos pedagógicos específicos, no decorrer de seu processo ensino-aprendizagem. Classificam-se em: portadores de deficiências (mental, visual, física, auditiva, múltipla), com condutas típicas (distúrbios de comportamento) e com altas habilidades (superdotadas).

O direito a uma educação de qualidade a todos os indivíduos e o exercício da cidadania está garantida em lei, e é lógico, que isso inclui as pessoas com deficiências. É perceptível que a lutas das pessoas com deficiências e de seus familiares na busca dos seus direitos e de seu lugar na sociedade está crescendo. Entretanto, muitas vezes, para exercer esses direitos, as pessoas com deficiência precisam que certas medidas especiais sejam adotadas.

Um exemplo é o direito de ir e vir das pessoas com deficiências físicas. Elas são cercadas por obstáculos ambientais, representados pelas escadas, degraus, calçadas esburacadas, portas estreitas entre outros. Por isso, é necessário providenciar rampas, rebaixamento de meio-fios, adaptações de sanitários para comportarem cadeiras de rodas etc...

As pessoas com deficiência visual, precisam de material, o braille para ler e as pessoas com deficiência auditiva precisam de alternativas diferenciadas para estabelecer comunicação, como por exemplo: aparelho de amplificação sonora, legendas nas programações de TV e de interprete das língua dos sinais para ter acesso à informação e à comunicação.

Os alunos com Síndrome de Down, podem ser auxiliados no desenvolvimento neurológico com exercícios físicos e também a convivência com as outras crianças favorecem a socialização. Os mesmo

devem manter-se em atividade constante. Acredita-se que a estimulação precoce como estímulos visuais, táteis, auditivos e objetos de cor, som e materiais diferentes despertam o interesse da criança.

Para que possam desenvolver todas as potencialidades as pessoas com deficiência mental precisam de atendimento educacional diferenciado, mas que deve ser desenvolvido em escolas de ensino regular.

Desde que essas e outras medidas sejam tomadas, a maioria de pessoas com deficiências, que hoje se encontram à margem dos benefícios que a sociedade pode oferecer, poderão conviver na comunidade, tornando-se cidadãos felizes e produtivos.

Sabe-se que quanto mais cedo se estabelecer essa integração, tanto melhor e mais fácil será para a criança experimentar positivamente essa convivência.

As experiências de inclusão de crianças com deficiência no ensino regular são ainda insuficientes e merecem uma reflexão maior sobre o seu processo de implantação bem como no que se refere aos seus resultados.

Para um aprofundamento dessas práticas e para maior eficácia das mesmas, é necessário que seja feito um trabalho de sensibilização do corpo docente, discente e dos funcionários da rede de ensino, acrescido de um programa de capacitação e aprimoramento profissional. Então, é fundamental um trabalho com os que dirigem e atuam no sistema de ensino, bem como os pais que têm crianças atendidas nas escolas. A participação da família é da maior relevância não só como fonte de informação e esclarecimentos, mas também para o processo decisório

quanto ao atendimento educacional escolar recomendado. A família deve ser vista e tratada como um parceiro a mais no processo de quebra das barreiras que impedem a participação e a inclusão social de seus membros, por quaisquer motivos.

Conforme a declaração de Salamanca (art. 60, p. 43): “os pais são os principais associados no tocante às necessidades educacionais especiais de seus filhos, e a eles deveria competir, na medida do possível, a escolha do tipo de educação que desejam seja dada a seus filhos”.

É necessário um trabalho que tenha como objetivo modificar posturas e atitudes com relação à freqüência de crianças com deficiências nessas unidades, bem como difundir informações corretas sobre o tema.

A Política Nacional de Educação Especial (1994) define as pessoas com necessidades especiais como aquelas que apresentam significativas diferenças físicas, sensoriais, ou intelectuais, decorrentes de fatores inatos ou adquiridos, de caráter temporário ou permanente.

Para Mrech (2002, p. 17), existem alguns problemas de como a política de educação inclusiva está sendo conduzida. O mais sério, para ela, está relacionado às capacitações dos profissionais que atuam na área, pois:

> O professor que trabalha numa vertente inclusiva, precisa ser capacitado. Precisa descobrir formas diferentes de interação com as crianças. Grande parte dos professores da rede pública, não tem informação a respeito do que é inclusão, o que é escola inclusiva. Isso gera por parte deles uma rejeição em relação à criança. O aprendizado da inclusão,

> dentro do contexto onde se estrutura, é muito mais complicado do que a gente supõe, pois estamos lidando com preconceito, estereótipos, práticas dos professores que não querem ou não sabem como mudá-las. Fora do Brasil, como Estados Unidos, Canadá e França, a inclusão sempre implica em capacitação muito bem estruturada.

Atualmente, para o professor, torna-se muito difícil perceber a importância da educação inclusiva, ver o aluno inserido no ensino regular, pois nenhum projeto de educação inclusiva permanece se não for continuamente trabalhado e construído. E, para esses profissionais, da educação, trabalhar com crianças com necessidades educacionais especiais sempre foi considerado um desafio.

Mrech (2002, p. 21) diz que “na descontinuidade do projeto, está se voltando para práticas antigas”. Os professores que começam a buscar conhecimentos sobre o assunto percebem a diferença da forma de encaminhamento de crianças com deficiência mental ou distúrbios emocionais. Passam a perceber que não existe o “aluno normal”, assim como não existe uma classe homogênea, cada aluno é único dentro de sua singularidade.

Souza (2002, p. 27), afirma:

> Incluir não é somente delegar à criança um espaço físico em sala de aula, é propor no indivíduo atividades significativas capazes de promover seu desenvolvimento e remover as barreiras a seu acesso e participação na aprendizagem e na sociedade. Ressalvando (mas não ressaltando), sempre que todos podem apresentar dificuldades em alguma área do

> conhecimento ou etapas da vida. As limitações existem em qualquer indivíduo participativo ou capaz de aprender. Incluir é trocar, entender, respeitar, valorizar, lutar contra a exclusão, transpor barreiras que a sociedade criou para os indivíduos. É oferecer o desenvolvimento da autonomia, através da elaboração de pensamento e formulação de juízos de valor, de modo a poder decidir por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida.

De certa forma, a sociedade, com o passar dos anos, tomou consciência do papel das pessoas com deficiência e com necessidades especiais, de suas condições de acesso a todo e qualquer lugar, a uma representação consciente e cidadã e como possuidores de direitos e deveres, como indivíduos pertencentes a uma sociedade democrática.

O ato de incluir, supõe uma superação de preconceitos, modificação de atitudes e organização de metodologias de trabalho em conjunto com o conhecimento científico. Portanto, a discussão acerca da inclusão não mais pertence ao fórum da problemática conceitual do sistema educacional e sim, às propostas que viabilizam um atendimento respaldado na qualidade que a própria educação exige.

Conforme a Política Nacional de Educação Especial (1994, p. 18), a organização administrativa, didática e disciplinar deve ter a maior amplitude possível a fim de contemplar a maior diversidade das condições dos alunos a atender. Portanto, é importante:

- criar condições físicas favoráveis no prédio escolar;
- desenvolver ações práticas de respeito nos membros da comunidade escolar (alunos, pais, funcionários, professores e direção);
- valorizar a integração do professor especializado no corpo docente da escola, como elemento precedente e essencial;

- definir a gestão democrática da escola contemplando o interesse por alunos portadores de necessidades educacionais especiais;

- rever critérios de avaliação e promoção;

- entender que as escolas, bem como a sociedade, são espaços de choque e interesses e que o avanço da participação de um grupo implica a realização do outro;

- proporcionar condições adequadas de trabalho aos professores;

- elaborar um currículo suficientemente amplo para atender às necessidades dos alunos e da sociedade, incluindo as adaptações que forem necessárias;

- envolver os pais e a comunidade no trabalho escolar.

Com relação à escola, duas dimensões devem ser fiscalizadas: o sistema de ensino e a unidade escolar. Portanto, é oportuno ressaltar que um conjunto de indicações, de instruções coerentes e precisas faz-se necessário para permitir que as ações educativas, seja em situações comuns ou especiais, desenvolvam-se de modo a preservar a organização e a coerência que caracterizam um sistema escolar e, ao mesmo tempo, assegurar ao professor as condições necessárias ao desenvolvimento de seu trabalho, de tal modo que o seu papel de educador não seja diminuído.

Ao educador, não cabe o papel de mero executor de currículos e programas pré-determinados, mas sim de alguém que tem condições de escolher atividades, conteúdos ou experiências que sejam mais adequadas para o desenvolvimento das capacidades fundamentais do grupo de alunos, levando em conta seu nível e suas necessidades.

Num contexto global de inclusão, Mazzotta (1998, p. 14) diz que:

> É fundamental pois, a compreensão de que a inclusão e integração de qualquer cidadão, com necessidades especiais ou não, são condicionadas pelo seu contexto de vida, ou seja, dependem das condições sociais econômicas e culturais da família, da escola e da sociedade. Dependem pois, da ação de cada um e de todos nós.

A diversidade no meio social, os laços da cooperação, de diálogo, fruto de um exercício diário de compartilhamento de deveres, problemas e sucessos, enriquecem a educação. A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais contribui para a qualidade do ensino regular e acrescenta princípios educacionais válidos para todos os alunos.

Aos professores cabe a tarefa de ensinar de outra maneira, diferente da tradicional, valorizando as habilidades de cada um e promovendo-as, possibilitando o bem-estar social; estando preparado para enfrentar desafios e propor soluções. Essa é a grande utopia da educação.

3. TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

Conforme a Lei de Diretrizes e Base de Educação Nacional (Lei nº. 9.394/96) art. 58, entende-se por Educação Especial a modalidade de educação oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

Nesta visão inclusiva de educação, torna-se indispensável que nossas escolas estejam preparadas para lidar com as diferenças. É preciso prepará-las para trabalhar com a diversidade. Para tanto, faz-se necessário que os profissionais das escolas sejam capazes de oferecer oportunidades de atendimento educacional, que respeitem as necessidades, limitações, potencialidades e os interesses de cada aluno, ou seja, individualizando o ensino de acordo com as necessidades especiais do alunado.

Perante essa realidade, surgiu a necessidade de um estudo que tem como foco na inclusão em uma Escola Municipal de Ensino Fundamental, localizada no Município de São Sepé, RS.

A escola atende a uma clientela de duzentos e quinze alunos da pré-escola a 8ª série, tendo dezenove professores com curso superior.

Esse estabelecimento de ensino, como tantos outros, enfrenta dificuldades referentes à inclusão. O prédio não oferece condições adequadas para receber os alunos com necessidade educacionais especiais. Os alunos, na sua maioria, não recebem acompanhamento de um profissional especializado em Educação Especial. Os professores não têm orientação desses profissionais especializados em Educação Especial, mas procuram auxiliar os alunos dentro de suas possibilidades.

A referida escola possui um número de vinte e oito alunos com necessidades educacionais especiais incluídos de 1ª a 4ª série. Entre as necessidades especiais podemos citar: síndrome de down, atraso mental, dificuldades de aprendizagem, problemas psicológicos, discalculia, dislexia, aprendizagem lenta, deficiência visual total.

Para realização da pesquisa utilizou-se uma abordagem qualitativa e o método utilizado foi o “estudo de caso”, pois foi realizada num único ambiente, uma escola com duzentos e quinze alunos e dezenove professores. Onde dentre esses professores encontram-se os seis professores entrevistados sujeitos desta pesquisa.

Para definir “estudo de caso”, Lüdke e André (1986. p. 17), afirmam:

> O estudo de caso se destaca numa unidade dentro de um sistema mais amplo. O interesse, portanto, incide naquilo que detém de único, de particular, mesmo que posteriormente venham a ficar evidentes certas semelhanças com outros casos ou situações.

O estudo de caso traz divergências de opiniões sob diferentes aspectos, dando elementos para que o leitor tire suas próprias conclusões e decisões além das conclusões do investigador.

Para a realização da pesquisa, os instrumentos utilizados foram a observação e entrevista com professores (em anexo).

As entrevistas foram aplicadas com seis professores na faixa etária de vinte e oito a quarenta e cinco anos no período de julho a setembro de 2004. Esses professores foram escolhidos porque atuam nas

séries iniciais e têm alunos com necessidades educacionais especiais em suas sala de aula. Os professores foram identificados por números de um a seis.

O número de alunos com necessidades especiais é bem significativo nas séries iniciais e isso podemos confirmar na tabela abaixo:

Prof.	**Tempo de Magistério**	**Série**	**Nº de alunos**	**Alunos incluídos**	**Diagnóstico**
1	11	1º	14	6	Um aluno com Síndrome de Down. Dois alunos com dificuldade de aprendizagem. Três alunos com aprendizagem lenta em processo de avaliação.
2	12	2ª	18	5	Três alunos com dificuldades de aprendizagem, em processo de avaliação por especialista; Dois alunos com problemas psicológicos;
3	5	3ª	22	5	Quatro alunos com dificuldade de aprendizagem; Um aluno com dificuldade de aprendizagem, avaliado por neurologista onde o eletroencefalograma mostra atraso bioeletrogênese cerebral.
4 5 6	6 23 18	4ª	26	12	Um alunos com deficiência visual total; Quatro alunos com dificuldade de aprendizagem; Um aluno com discalculia; Quatro com aprendizagem lenta; Dois alunos com dislexia.

4. ANÁLISE DE DADOS

As entrevistas foram pessoais e particulares o que possibilitou aos profissionais opinarem sobre o assunto proposto com referência às práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula e as suas indicações co relação a falta de apoio e preparo do professor para enfrentar a questão da inclusão na escola.

Apresentar-se-á alguns depoimentos coletados na escola, para um entendimento da opinião pessoal de cada professor em função da pesquisa. É perceptível nos depoimentos certa insegurança com relação ao modo de como trabalhar alunos com Necessidades Educacionais Especiais, bem como quanto à posição da escola e as práticas pedagógicas usadas nesse sentido.

Como você vê a inclusão na sua escola?

Observe-se a opinião da professora: 1- “A meu ver, considero a inclusão como norma apesar das professoras não receberem orientação para trabalharem com alunos portadores de necessidades educativas especiais, o que dificulta o trabalho. A escola juntamente com o poder público, deveria oferecer aos professores, apoio, condições estruturais e pedagógicas para que os mesmo realizassem um trabalho mais eficaz.”

Aqui evidencia a necessidade urgente de que o poder público faça investimentos financeiros para que haja preparação e formação de professores, possibilitando aos mesmos atuarem de maneira mais segura nesse sentido, qualificando, assim, o ensino nos cursos de formação de professores.

Em alguns depoimentos, as professoras manifestam sua preocupações com relação à escola e às práticas pedagógicas para atender os alunos com necessidades educacionais especiais.

A inclusão na sua opinião é favorável ao educando? Em que aspectos?

A professora 2 faz alguns questionamentos: “No sentido de ajudar o aluno cego, surdo e mudo, a escola pode beneficiar sua realização, mas como fica o aprendizado? Será que a prática pedagógica contempla também eles? A inclusão ajuda, porque através da convivência com os demais, eles aprendem a respeitar limites, promove a socialização, aumenta sua auto-estima”.

Quais as dificuldades encontradas para trabalhar com alunos com necessidades especiais?

De acordo com a professora 3: “Trabalhar com alunos com deficiências, mas com desenvolvimento cognitivo que lhe permite a socialização, não é tão difícil, mas os alunos portadores de dificuldades de aprendizagem e deficiências mais graves? Sinto-me despreparada para enfrentar tal situação. Preocupo-me em não conseguir acrescentar nada na vida desse aluno que contribua para seu crescimento.”

Segundo a LDB (93-94/96), o contexto escolar, é local de relacionamento, de aquisição e produção de saberes. Entretanto pode-se encontrar certa descrença nas ações pedagógicas, que muitas vezes resumem-se em meras reproduções de saberes já construídos e modelos de relacionamentos autoritários e o desprezo do poder público, em realmente transformar a escola, para se adaptar ao aluno com

necessidades educacionais especiais, e não o mesmo adaptar-se a escola ou à sociedade.

Em que aspectos a escola deve melhorar para atender as necessidades dos educandos?

A professora 4 posiciona-se sobre o assunto: “Está acontecendo a inclusão em nossa escola, mas os professores não estão preparados como deveriam. A escola deve melhorar em alguns aspectos tais como: espaço e materiais adequados, profissionais especializados para auxiliarem o professor na sua prática pedagógica”.

Nota-se, nos depoimentos das professoras entrevistadas, uma preocupação muito grande, uma vez que elas não foram preparadas pedagogicamente para trabalharem com esses alunos tidos como “diferentes”.

Quais suas angústias em relação ao aluno com necessidades especiais?

A professora 5 coloca: “O que me preocupa, é saber como trabalhar de maneira diferente, numa turma com muitos alunos. A escola deve oferecer aos professores, um preparo adequado para prática pedagógica.”

Constata-se no depoimento acima que a preocupação maior, também sentida pelas demais professoras, está no “que fazer” e “como fazer” com o aluno diferente.

Como você atende as diversidades existentes e qual sua expectativa?

A professora 6 dá sua opinião sobre o tema abordado: “A inclusão veio para transpor as desigualdades num sentido amplo. Daí a importância dos professores receberem orientações e poderem trabalhar melhor a diversidade. Se isso não acontecer, ele não irá saber até que ponto sua prática está contribuindo para uma aprendizagem mais produtiva em relação aos demais do grupo.”

Assim, considera-se que, para a comunidade escolar, a inclusão está ganhando um duplo sentido: positivo para o aluno incluído, no que se refere à presença física no ambiente escolar, e negativo para os que desenvolvem as atividades pedagógicas, como os docentes, pois esses não tiveram ou não têm recebido nenhum preparo acadêmico e formação continuada para trabalhar de maneira satisfatória com este alunado. Salienta-se que os recursos materiais e físicos deixam a desejar tanto para os alunos incluídos como para os considerados “normais”.

É indispensável poder oferecer a cada pessoa uma educação que colabore para a preparação de uma vida de interação com a sociedade.

Constata-se que as professoras podem e querem colaborar com o crescimento do aluno, mas nem sempre o sucesso e o êxito desejados são alcançados já que estão em jogo a subjetividade do professor, sua formação profissional, as mediações que se estabelecem entre professor-aluno para construir efetivamente um caminho.

A preocupação dos professores aumenta ao se defrontarem com as palavras de Mantoan (1997, p. 68), que coloca “(...) cabe à escola encontrar resposta educativas para as necessidades de seus alunos (...).” Foi possível verificar, através da análise dos depoimentos das professoras entrevistadas, que a educação inclusiva está acontecendo, mesmo que

de maneira precária, percebendo-se visivelmente as dúvidas, frustrações e medos.

O aluno com necessidades educacionais especiais não deve ser aceito apenas como um a mais na sala de aula, entre os demais, mas como parte integrante de um todo, assim facilitará uma maior integração na família, na escola, na comunidade e na sociedade.

Constatou-se que é unânime a idéia da necessidade de um maior investimento de recursos institucionais e metodológicos, para que o professor realize seu trabalho com alunos com necessidades educacionais especiais, pois é fundamental proporcionar condições para sua aprendizagem e para seu pleno desenvolvimento como cidadãos.

É necessário imediatamente ser tomada alguma atitude. É urgente que o professor receba orientação e ajuda de especialistas nesse assunto, com o objetivo de auxiliá-lo na elaboração e na execução de práticas pedagógicas mais eficazes no trabalho com alunos com necessidades educacionais especiais.

Só assim, o professor irá desenvolver o seu trabalho com mais segurança em relação à inclusão, atendendo às reais necessidades dos alunos e conseqüentemente ajudando-os a superarem as dificuldades de aprendizagem.

A inclusão é assunto que gera indagação entre os professores sobre as teorias construídas na formação profissional, de maneira que as mesmas devem ser trabalhadas de forma mais aprofundada, dando ao educador um melhor preparo para enfrentar tal situação.

Essa opinião se faz presente junto as professoras, quando se deparam com alunos com necessidades educacionais especiais sem auxilio de serviços educacionais especializados para ajudá-los. Os mesmos sentem-se desestruturados para trabalhar com a diversidade na sala de aula.

Correia (1997, p.33) dá ênfase as colocações afirmando, “a inclusão acontece quando o aluno deficiente é incluído na escola e recebe apoios dos serviços de educação especial.”

Ainda que na LDB (Lei nº. 9.394/96) defenda-se que a educação é um direito de todos, garantindo um atendimento educacional especializado às pessoas com necessidades educacionais especiais, os sistemas de educação ainda não oferecem condições necessárias à formação do profissional em educação com relação à Educação Especial.

Muitas dificuldades são encontradas pelo professor para reconhecer e entender o “que fazer” e “como fazer” para trabalhar com o aluno “especial”, de forma que envolva todos, havendo um processo de troca de experiências e que a aprendizagem ocorra de fato, fazendo da escola o local de verdadeira inclusão e não apenas de socialização.

Para Carvalho (1980, p. 38), “a escola precisa pensar na inclusão de todos na aprendizagem, levando os alunos à sua autonomia e independência”.

Não basta ao professor apenas competência didática ou conhecimento específico em sua área de atuação. Faz-se necessário que ele envolva saberes específicos em relação à Educação Especial.

A atualização contínua dos professores em exercício deve adequar os objetivos específicos às particularidades de cada situação. É indispensável poder oferecer a cada pessoa uma educação que colabore para prepará-lo para uma vida adulta de verdadeira interação com a sociedade.

Freitas (1998, p. 43) dá amparo a essas colocações:

> Falta de preparo do pessoal docente é a principal justificativa para a não aceitação dos alunos portadores de deficiências... em classes de ensino comum... Isso provavelmente seja reforçado porque os fundamentos que embasaram os conteúdos curriculares para a formação acadêmica dos docentes que tiveram sua qualificação nos anos 70, 80 e 90, ainda hoje se constitui o referencial para suas ações.

As professoras entrevistadas ressaltam outro aspecto: a afetividade. Elas colocam que a afetividade influi na auto-estima que o aluno tem de si, dependendo da acolhida que receber e que essa favorecerá o desenvolvimento cognitivo e social.

Faz-se necessário, então, que o professor tenha uma visão ampla sobre suas atitudes e que conheça mais profundamente seu aluno para poder intervir com segurança e co competência, proporcionando assim uma verdadeira aproximação entre escola, professor e aluno.

Para que ocorra a inclusão que atenda as peculiaridades, o docente deverá ser capaz de ter atitudes e conhecimentos que permitam refletir sobre sua prática. Ao empregar estratégias de aprendizagem, o professor deverá levar em conta as características dos alunos,

transformando e adaptando as tarefas de acordo com os interesses, necessidades e possibilidades e em conseqüência adaptar as diversidades e heterogeneidade dos mesmos. O professor deverá atuar estrategicamente quando aprender, e sobretudo, quando ensinar.

Para tal, o mesmo deverá ajudar seu aluno a refletir sobre sua própria maneira de aprender, observando e analisando todas as ações com o propósito de melhorar os processos cognitivos para a realização de uma ação.

Portanto, a educação inclusiva parte de uma filosofia na qual todos os alunos podem aprender e podem fazer parte da vida escolar e comunitária. Aos professores cabe desenvolver as estratégias práticas a ser usadas com os alunos no seu cotidiano.

As mudanças são fundamentais para a inclusão, mas exigem esforços de todos, possibilitando que a escola possa ser vista como um ambiente de construção de conhecimento. Para isso, a educação deve ter um caráter amplo e complexo, favorecendo a construção ao longo da vida. Todo o aluno, independente das dificuldades, poderá beneficiar-se dos programas educacionais, desde que sejam dadas as oportunidades adequadas para o desenvolvimento de suas potencialidades. Isso exige do professor uma mudança de postura além da redefinição de papéis que possam assim favorecer o processo de inclusão.

> A educação inclusiva envolve um processo de preparação do professor que considera as diferenças e as dificuldades dos alunos na aprendizagem escolar como fontes de conhecimento sobre como ensinar e como aperfeiçoar as condições de trabalho nas salas de aula.
>
> (Brasil, 1995, p. 17).

Portanto, será necessário rever uma série de barreiras, além da política, das práticas pedagógicas e dos processos de avaliação. É necessário conhecer o desenvolvimento humano e suas relações com o processo de ensino aprendizagem, levando em conta como se dá este processo para cada aluno. Devemos utilizar novas tecnologias e investir em capacitação, atualização, sensibilização, envolvendo toda comunidade escolar.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A polêmica sobre a inclusão na escola regular está inquietando as pessoas, porque as mesmas não estão acostumadas com essa nova proposta, é uma questão significativa para quem assume a profissão. Um dia é diferente do outro. Cada dia é dia de recomeçar e, no processo de convivência com os alunos, acaba-se ensinando e aprendendo.

A escola existe em função do aluno. Ele ingressa nela para se apropriar de conhecimentos, de habilidades, para aprender a se relacionar de forma crítica e produtiva com a sociedade. Se isso não acontece, a escola não esta cumprindo seu papel. O sucesso dos alunos não pode depender da capacidade dos mesmos de se adaptarem aos códigos existentes dentro dela.

Neste início de século, a escola não pode mais fugir a esse desafio. A mesma terá que estar preparada para lidar com situações que fujam do cotidiano. Sem que haja mudanças de atitudes de toda comunidade escolar, frente à diferença, o que implica a não rejeição dos alunos com necessidades especiais, corre-se o risco de apenas inseri-los no convívio com outras crianças, sem que se realizem, trocas interativas com plena aceitação dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais, o que auxilia na valorização de sua auto-estima e de sua auto-imagem.

A partir do estudo de Sassaki (1997) sobre nossos atuais dispositivos legais, conclui-se que, hoje, o modelo brasileiro de educação profissional voltada para a carreira do magistério encontra-se inadaptado para esse novo momento educacional.

A busca da inclusão de pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, vem ao encontro do princípio da progressiva democratização da sociedade, proporcionando uma igualdade de direitos, notadamente, no que se refere a não discriminação de direitos por razão de religião, raça, opinião, características intelectuais e físicas de todas as crianças, bem como dos adolescentes em idade escolar. A inclusão deve ter um sentido de cidadania. Na escola inclusiva, o processo educativo é entendido como um processo social onde todas as crianças com Necessidades Especiais têm direito à escolarização regular na escola pública. A finalidade é incluir a criança com necessidades especiais na comunidade, de maneira a garantir-lhes os mesmos direitos de cidadania.

Para tanto, precisamos de respostas imediatas quanto à reformulação dos cursos de formação de professor, tanto em nível médio quanto em nível superior, lavando em conta o novo paradigma educacional a inclusão de todos na escola regular.

Em relação aos depoimentos, conclui-se que a escola inclusiva é possível desde que todos se comprometam. Segundo os professores entrevistados é preciso preparar a escola inclusiva proporcionando atualização, informação a todos: funcionários, professoras, direção. É de grande importância também sensibilizar os pais. Todos devem exercer um papel ativo diante do processo de inclusão.

Através das entrevistas foi possível notar a preocupação de todos frente a esse desafio. Eles acreditam que a inclusão dos alunos com Necessidades Especiais exige, como fundamental e urgente, a necessidade de ações para se alcançar de fato uma educação para todos.

Nesse contexto, os professores freqüentemente se defrontam com a falta de dados e informação com relação a seus alunos, a inexistência de um trabalho escolar, a impossibilidade de acompanhamento direto de toda a comunidade escolar, devido à estrutura, à falta de ajuda de profissionais especializados em Educação Especial e também à inadequação dos prédios.

Acredita-se que a inclusão é possível, pois toda a criança é capaz, tem um potencial a ser desenvolvido, desde que sejam respeitadas as necessidades de cada uma, dadas às condições necessárias e estabelecido um vínculo afetivo entre todos os envolvidos.

As dificuldades estabelecem um ritmo, mas não impedem o desenvolvimento; colocam obstáculos, mas não fecham caminhos. È necessário muita flexibilidade para abranger a forma singular de cada sujeito, promover situações de aprendizagem e estar preparados para conviver com a diferença e a diversidade em sala de aula.

Logo, a busca e o exercício da cidadania, devem ser conquistados com a soma de esforços, com educação de qualidade para todos, favorecendo e promovendo o crescimento do sujeito e de suas habilidades por meio de estratégias diferenciadas e flexíveis, sendo a educação centrada no aluno e para o aluno.

A inclusão, para propiciar um ensino de qualidade, requer da escola novos, posicionamentos modernizando o ensino e oferecendo aperfeiçoamento aos professores para que os mesmos tornem-se conscientes de seu papel.

A convivência, o relacionamento com pessoas que têm habilidades, competências diferentes e marcas sociais próprias, contribui

para o desenvolvimento de valores como: a dignidade do ser humano, a igualdade, o respeito e a solidariedade. Para tanto, se fez necessário analisar o processo de inclusão oferecido pela escola e a opinião de professores sobre o tema.

É óbvio que todos devem ter as mesmas oportunidades de aprender e de desenvolver suas potencialidades para alcançar independência social e econômica e assim poder integrar-se na vida comunitária, devido a isso é que as oportunidades devem ser estendidos a todos os alunos.

Assim, torna-se premente que as instituições educacionais regulares disponham de meios apropriados suficientemente flexíveis para facilitar a tais alunos pleno desenvolvimento e verdadeira inclusão na sociedade, na comunidade onde vivem, viabilizando-se alguns princípios fundamentais à inclusão como: valorização de cada individuo, convivência dentro da diversidade humana, aceitação das diferenças individuais, aprendizagem por meio de cooperação.

É preciso que haja uma conscientização de que quanto mais convive-se com pessoas que têm diferentes opiniões, pontos de vista e conhecimentos, mais o ser humano cresce, aprende e evolui. Está na hora de se perceber as diferenças individuais como uma oportunidade para aprender e não como um problema a ser resolvido!

A inclusão requer uma reestruturação do sistema educacional, ou seja, uma mudança estrutural no ensino regular, cujo objetivo é fazer com que a escola se torne inclusiva, um espaço democrático e competente para trabalhar com todos os educandos, sem distinção de raça, classe, gênero ou características pessoais, baseando-se no princípio de que a diversidade deve não só ser aceita como desejada.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMEL, Roseli C. R. C. et. Col. **Interagir/Incluir: desafio para a escola atual:** São Paulo: FEUSP, 1998.

BRASIL. L. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica/Secretaria de Educação Especial** – MEC; SEESP, 2001.

BRASIL. **Constituição Federal** (1998) Rio de Janeiro, FAE, 1989. Programa Nacional de Direitos Humanos, Brasília, Presidência da República, 1996.

BRASIL MEC. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília, 1994.

BRASIL **Parâmetros Curriculares Nacionais**. MEC: 1998.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Especial. **O processo de integração escolar dos alunos portadores de necessidades educativas especiais no sistema educacional brasileiro**. Séries diretrizes nº 11. Brasília: MEC/SEESP, 1995.

CARVALHO, Rosita Edler. **Temas em Educação Especial**, Rio de Janeiro: WVA, 1980.

CORREIA, Luís de Miranda. **Alunos com Necessidades Educativas Especiais nas Classes Regulares**. Portugal: Porto, 1997.

ESTEBAN, Maria Tereza. **Repensando o Fracasso Escolar** in O Sucesso Escolar: um desafio pedagógico. Cadernos Cedes, São Paulo: Papirus, 1992.

FREITAS, Lia. **A produção da ignorância na escola.** São Paulo: Cortez, 1998.

GOTTI, M. Fórum: Surdos e ouvintes juntos. In: Revista Nova Escola, ano XVII, nº. 152, p. 09, maio, 2002.

Lüdke e André. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MANTOAN, Maria Tereza. **A integração de pessoas com deficiência.** São Paulo: SENAC, 1997.

_____ In Revista Pátio, ano 3, nº 11, nov./99, jan/2000.

MAZZOTA, Marcos J. S. **Inclusão e Integração ou Chaves da Vida Humana.** In: III Congresso Ibero Americano de Educação Especial. Foz do Iguaçu, nov./1998.

MEC. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Lei nº 7.853/98. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília.

MEC. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação.** Brasília.

MRECH, Leni. **Falta Capacitação na Área da Educação Inclusiva**. http://www.educacaoonline.pro.br, acesso em 04 de dezembro de 2002.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SILVA, Maria O. E., BAUMEL, Roseli: **Interagir/Incluir: desafio para a escola atual.** São Paulo: FEUSP, 1998.

SOUZA, L. P. F. **Educação Especial: redefinir ou continuar excluindo?** Disponível em <http//www.saci.org.br>, acesso em 03 de novembro de 2002.

STAINBACK, S. & STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

UNIESCO – **Declaração de Salamanca e Linhas de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais.** Salamanca, Espanha: CORDE, 1994.

WERNECK, Cláudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.

ANEXO

A ESCOLA COMO ESPAÇO INCLUSIVO:
DESAFIO PARA OS EDUCADORES

ENTREVISTA COM PROFESSORES

Gostaria de saber seus dados e sua opinião nas perguntas abaixo, a título de contribuição para a pesquisa que estamos realizando para o curso de Especialização em Educação com Ênfase em Psicopedagogia Institucional – Ensino Fundamental.

DADOS PROFISSIONAIS:

Grau de Escolaridade: .....

Tempo de serviço: .....

1) Como você vê a inclusão na sua escola?

.....

.....

2) Em que aspectos a escola deve melhorar para atender as necessidades dos educandos?

.....

.....

3) A inclusão, na sua opinião, é favorável ao educando? Em que aspectos?

.....

.....

4) Quais suas angústias em relação ao aluno com Necessidades Especiais?

.....

.....

5) Quais as dificuldades encontradas para trabalhar com alunos com necessidades especiais?

.....

.....

6) Como você atende as diversidades existentes e qual sua expectativa?

.....

.....